

- 7.25. _____. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. DOU: 01/04/2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.26. _____. Presidência da República. Casa Civil. Manual de Redação da Presidência da República. MENDES, G. F.; FOSTER JÚNIOR, N. J. (Coord.). 3ª ed., rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018. Arquivo digital: manual-de-redacao.pdf. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.27. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Instrução Normativa Ibama nº 17, de 30 de dezembro de 2011. Regulamenta o processo administrativo de apuração, determinação e constituição de crédito tributário decorrente da TCFA no âmbito do Ibama, o auto de auto de infração decorrente do descumprimento das obrigações acessórias daí decorrentes relativas ao Cadastro Técnico Federal - CTF e o parcelamento desses valores quando ainda não inscritos em dívida ativa e dá outras providências. DOU: 30/12/2011. Republicação: DOU de 20/04/2012. Texto compilado. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/taxas/tcfa/arquivos/2020/20221222_IN_17_30_dezembro_2011_texto_compilado.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.28. _____. Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23 de agosto de 2021. Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. DOU: 24/08/2021. Retificação: DOU de 13/09/2021. Texto compilado. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-app/ctf-app/20260105_IN_13_2025_V_2026.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.29. _____. Instrução Normativa Ibama nº 22, de 22 de dezembro de 2021. Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. DOU: 27/12/2021. Texto consolidado. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-app/ctf-app/20260105_IN_13_2025_V_2026.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.30. _____. Portaria Ibama nº 17, de 27 de dezembro de 2012. Estabelece os procedimentos a serem utilizados na preparação de atos oficiais para publicação no Diário Oficial da União e Boletim de Serviço do Ibama, nos termos do Anexo I. Guia para Elaboração dos Atos Administrativos. DOU: 11/03/2020. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/guia-de-atos-administrativos.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.31. _____. Portaria Ibama nº 561, de 27 de fevereiro de 2020. Ficam instituídas, no âmbito das diretorias do Ibama, as Orientações Técnicas Normativas (OTNs) e os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs). DOU: 11/03/2020. Texto compilado. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=138705>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.32. _____. Portaria Ibama nº 2, de 26 de agosto de 2021. Institui o Sistema Eletrônico de Informações -SEI como o sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, estabelece e padroniza os procedimentos do processo eletrônico, gestão de documentos, processos e arquivos. DOU 27/08/2021. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=139005>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.33. _____. Portaria Ibama nº 73, de 26 de maio de 2025. Aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama. DOU: 27/05/2025. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=139488>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.34. _____. PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA. Portaria Conjunta Ibama/PFE nº 3, de 6 de julho de 2022. Veicula o Regimento Interno da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - PFE/Ibama. DOU: 07/07/2022. Texto compilado. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=138942>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.35. _____. Portaria Conjunta Ibama/PFE nº 3, de 3 de outubro de 2023. Institui o uso do barramento do Processo Eletrônico Nacional para tramitação dos processos entre Ibama e a PFE-Ibama. DOU: 18/10/2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-conjunta-n-3-de-6-de-outubro-de-2023-516993535>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.36. MINISTÉRIO DA FAZENDA; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria Interministerial MF-MMA nº 812, de 29 de setembro de 2015. DOU: 30/09/2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/09/2015&jornal=1&pagina=17&totalArquivos=224>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.37. SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO. Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 8 de maio de 2025. Estabelece normas complementares para a celebração de acordos de cooperação técnica e acordos de adesão de que tratam os arts. 24 e 25 do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, e para a celebração de acordo de cooperação de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. DOU: 09/05/2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-seges/mgi-n-3.506-de-8-de-maio-de-2025-628466770>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- 7.38. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº 3.014/2010 - TCU - Plenário. Ministro Relator: Augusto Nardes. Data: 10/11/2010. Ata nº 44/2010. Data publicação: 12/11/2010. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*?KEY:%22ACORDAO-COMPLETO-1170778%22/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/0. Acesso em: 8 jan. 2026.

8. Anexos

8.1. Fluxograma Processo de ACT

